

Campanha Salarial 2024

CTEEP: GRT apresenta nova proposta. Sinergia CUT faz assembleias decisivas

Em nova audiência de mediação, GRT Campinas faz proposta com avanço. Sindicato tem mais assembleias nesta segunda (25)

Após a rejeição da proposta pela base com a retomada do movimento de greve previsto para o dia 25/11, os sindicatos persistiram para a negociação de uma proposta que atenda a categoria.

Diante do impasse foi realizada uma audiência de mediação na GRT (Gerência Regional do Trabalho) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Campinas, que aconteceu na tarde de sexta-feira (22), com a presença de dirigentes do Sinergia Campinas e Sinergia Bauru e representantes da Cteep.

Depois de mais de duas horas, a GRT apresentou uma proposta que a bancada sindical acredita ter avanço para trabalhadores e trabalhadoras: agora, o novo Banco de Horas será implantado apenas a partir de janeiro e o pagamento das diferenças (retroativo a junho) será feito em dezembro.

Para a direção do Sinergia CUT, "chegamos ao limite da negociação e a proposta da GRT garante a implantação do novo Banco de Horas somente em janeiro, e garante o pagamento de todos os reajustes econômicos ainda em dezembro". É por isso que o Sindicato vai encaminhar a nova proposta para aprovação da categoria. Também será deliberada a cobrança da taxa negocial. **Participe! Por melhores condições de trabalho e renda. Nossa luta transforma vidas!**

Confira a nova proposta da GRT para a CTEEP

- Reajuste Salarial de 3,93% na Remuneração Base (RB = Salário + Adicionais Fixos) até R\$ 15.600,00.
- Remuneração Base acima de R\$ 15.600 tem aumento em Parcela Fixa no valor de R\$ 613,08 (3,93% x R\$ 15.600).
- Executivos (Gerentes e Diretores) voltam para o ACT, retirando-se a exceção.
- Aumento de 4,93% no valor facial do VR de R\$ 1.409,35 para R\$ 1.478,83.
- Aumento de 4,93% no valor facial do VA de R\$ 473,28 para R\$ 496,61.

Banco de Horas

- Opção do trabalhador (Assistentes e Técnicos de Subestações e Operador Sistema de Potência), por livre vontade, colocar as horas extras (50%) para o banco de horas.
- Envio das 10 primeiras horas extras (50%) para o banco de horas e as horas extras excedentes, para pagamento (Cargos Técnicos e Operacionais).
- Para as demais cláusulas econômicas o reajuste proposto foi de 3,93%.
- **Pagamento das diferenças (retroativo) em dezembro e implantação do novo Banco de Horas, apenas a partir de janeiro/2025.**

PLR

- Valor Target mínimo para 100% dos Resultados é Fixado em pelo menos em 1,00 RB (Salário + Adicionais Fixos).
- Meta atingida a ser calculada sobre uma (1) Remuneração Base ou a fórmula, o que for mais vantagem para o trabalhador.
- Valor Target para 100% de Resultados: Parcela Fixa + % da RB (Salário + Adicionais Fixos).
- Parcela Fixa: de R\$ 7.466,68 (reajuste de 3,93%).
- Parcela Variável: 40% da Remuneração Base.
- Pedido de Demissão perde o direito a receber PLR (exceto se for por Acordo Bilateral).

Em negociação anterior somente sobre PLR, já ficou acordado entre empresa e as entidades:

- Indicadores da PLR 2024.
- Adiantamento da PLR no valor de R\$ 5.700,00 a ser pago em 30/08/2024.
- Coordenadores e Especialistas não fazem mais parte deste modelo de PLR, conforme acordo anterior.

Demais garantias

- Renovação do ACT por 2 anos:

2024/2026.

- Vale Natal: R\$ 343,55 (reajuste de 4,93%).
- Mais 8 meses de vale refeição para afastados por Auxílio-Doença, passando de 4 para 12 meses.
- Reajuste do pernoite (Jantar), de R\$ 49,00 para R\$ 60,00, constando no ACT.
- Reajuste da refeição em hora extra, de R\$ 35,00 para R\$ 60,00, constando em ACT.
- Direito à refeição em hora extra, passando a valer a partir da 4ª hora trabalhada (antes era a partir da 6ª hora trabalhada), sem necessidade de apresentar recibo.
- Reajuste do lanche em hora extra, de R\$ 9,90 para R\$ 12,00, constando em ACT.

A empresa informou ser a proposta final, não conseguindo mais avanços, solicitando às entidades que levem para assembleia e apreciação dos trabalhadores.

Como fica a PLR 2024?

Ela foi negociada pelas partes. Os Sindicatos já se manifestaram, inclusive no Tribunal durante as audiências de pré-dissídio. Porém, o Acordo precisa ser finalizado para garantir a PLR.